

# **Demonstrações Contábeis Regulatórias**

## **CIEN - Companhia de Interconexão Energética**

31 de dezembro de 2015  
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as  
Demonstrações Contábeis Regulatórias

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	1
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas	
Balancos patrimoniais regulatório .....	3
Demonstrações do resultado regulatório .....	5
Demonstrações do resultado abrangente regulatório .....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa regulatório .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatório .....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias .....	9



Centro Empresarial PB 370  
Praia de Botafogo, 370  
5º ao 8º andares - Botafogo  
22250-040 - Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
Tel: (5521) 3263-7000  
Fax: (5521) 3263-7003  
ey.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre demonstrações contábeis regulatórias**

Aos Administradores e Acionista da  
**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
Niterói – RJ

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da CIEN - Companhia de Interconexão Energética (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

### **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CIEN - Companhia de Interconexão Energética em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

## **Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 4.4 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a CIEN - Companhia de Interconexão Energética a cumprir os requisitos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

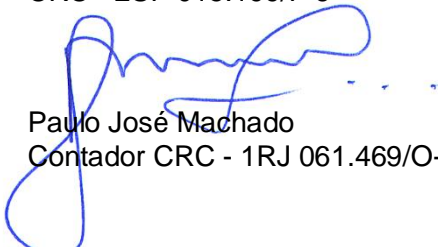
## **Outros assuntos**

A CIEN - Companhia de Interconexão Energética preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 2 de fevereiro de 2016.

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram examinadas por auditores independentes.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2016

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP 015.199/F-6



Paulo José Machado  
Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

Balancos patrimoniais regulatório  
em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais)

	Notas		2015	2014 (Não auditado)
	Soc.	Reg.		
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalente de caixa	3	11	8.920	-
Títulos e valores mobiliários	4	5	5.516	-
Concessionárias e permissionárias	5	6	31.919	39.807
Tributos a compensar			38.443	-
Outros créditos			3.562	72.910
Total do ativo circulante			<b>88.360</b>	112.717
Não circulante				
Concessionárias e permissionárias	5		-	2.271
Tributos a compensar			23.688	-
Depósitos judiciais e cauções			6.299	-
Empréstimos com partes relacionadas	10		231.866	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	13	165.970	130.275
Outros créditos			3.815	256.260
Imobilizado	7	8	1.090.691	916.089
Intangível		9	24.980	17.563
Total do ativo não circulante			<b>1.547.309</b>	1.322.458
Total do ativo			<b>1.635.669</b>	1.435.175

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

	Notas		2015	2014 (Não auditado)
	Soc.	Reg.		
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores	8		8.308	-
Empréstimos e financiamentos	9	11	295.456	-
Salários, provisões e encargos sociais			2.490	-
Obrigações fiscais			26.620	-
Outras obrigações			10.775	370.005
<b>Total do passivo circulante</b>			<b>343.649</b>	<b>370.005</b>
Não circulante				
Fornecedores	8		127.864	-
Empréstimos e financiamentos	9		16.812	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	11	14	19.797	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		13	242.668	-
Perda de investimento	6		165.714	-
Outras obrigações			3.815	264.451
<b>Total do passivo não circulante</b>			<b>576.670</b>	<b>264.451</b>
Patrimônio líquido	12	15		
Capital social			285.045	285.045
Reserva de reavaliação			354.294	309.369
Proposta de distribuição de dividendos adicionais			-	31.879
Outros resultados abrangentes			46.513	4.210
Reservas de lucros			29.498	170.216
<b>Total do patrimônio líquido</b>			<b>715.350</b>	<b>800.719</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>			<b>1.635.669</b>	<b>1.435.175</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

Demonstrações do resultado regulatório  
em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação expresso em reais)

	Notas		2015	2014 (Não auditado)
	Soc.	Reg.		
Receita operacional bruta				
Disponibilização do sistema de transmissão			<b>323.199</b>	319.425
			<b>323.199</b>	319.425
Deduções da receita bruta				
Tributos e encargos				
Federais				(29.019)
PIS			<b>(5.332)</b>	-
Cofins			<b>(24.564)</b>	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D			<b>(2.829)</b>	(2.792)
Reserva global de reversão - RGR			<b>(6.358)</b>	(8.459)
Taxa de fiscalização - TFSEE			<b>(1.217)</b>	-
			<b>(40.300)</b>	(40.270)
Receita operacional líquida	<b>13</b>	<b>16</b>	<b>282.899</b>	279.155
Custos e despesas				
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	<b>14</b>		<b>(15.810)</b>	(12.601)
Pessoal e administradores	<b>14</b>	<b>17</b>	<b>(16.469)</b>	(19.860)
Material			-	(619)
Serviços de terceiros	<b>14</b>		<b>(16.808)</b>	(15.612)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			<b>(68)</b>	(2.293)
Reversão da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas			<b>56</b>	2
Depreciação e amortização	<b>14</b>		<b>(91.326)</b>	(52.612)
Outros gastos operacionais			<b>(3.855)</b>	(5.666)
			<b>(144.280)</b>	(109.261)
Resultado da atividade			<b>138.619</b>	169.894
Equivalência patrimonial			<b>(189.835)</b>	(101.977)
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	<b>15</b>	<b>18</b>	<b>(151.087)</b>	41.989
Receitas financeiras	<b>15</b>	<b>18</b>	<b>230.352</b>	(36.746)
Variações cambiais líquidas			-	48.903
			<b>79.265</b>	54.146
Resultado antes dos impostos sobre o lucro			<b>28.049</b>	122.063
Imposto de renda e contribuição social corrente	<b>16</b>	<b>13</b>	<b>(62.826)</b>	(59.661)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>16</b>	<b>13</b>	<b>(11.363)</b>	(17.660)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício			<b>(46.140)</b>	44.742
Atribuível Aos:				
Acionistas controladores			(46.140)	44.742
Acionistas não controladores (em reais)			(0,00016)	0,00016
Lucro (prejuízo) por ação originado das operações			(0,1641731830)	0,1591988850
Básico - Lucro (prejuízo) de operações				
Atribuíveis a acionistas controladores			(0,1641731824)	0,1591988844
Detentores de ações ordinárias			(0,1641731830)	0,1591988850
Diluído - lucro (prejuízo) de operações				
Atribuíveis a acionistas controladores			(0,1641731824)	0,1591988844
Detentores de ações ordinárias			(0,1641731830)	0,1591988850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

Demonstrações do resultado abrangente regulatório  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u> <b>(Não auditado)</b>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<b>(46.140)</b>	44.742
Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior	<u><b>42.303</b></u>	<u>2.089</u>
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	<u><b>(3.837)</b></u>	<u>46.831</u>
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	(3.837)	46.831
Acionistas não controladores	(0,000014)	0,00017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

Demonstrações dos fluxos de caixa regulatório  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
 (Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
		(Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(46.140)	44.742
Ajustes para reconciliar o lucro (Prejuízo) com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	91.344	52.612
Reversão das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(56)	(2)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	68	2.293
Tributos e contribuições social diferidos	11.363	17.660
Encargos financeiros e variação cambial	(54.629)	(40.950)
Programa de pesquisa e desenvolvimento	2.829	2.792
Resultado de equivalência patrimonial	189.835	101.977
	<u>194.614</u>	<u>181.124</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	7.820	(6.463)
Tributos a compensar	(15.908)	(1.418)
Depósitos vinculados a litígios	522	556
Outros créditos	(2.866)	405
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	3.884	(18.307)
Obrigações fiscais	12.754	8.042
Pagamento das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(35)	-
Outras obrigações	(7.344)	(4.287)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>193.440</u>	<u>159.652</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	17.324	(20.839)
Aplicações no intangível e imobilizado	(7.406)	(14.083)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	<u>9.918</u>	<u>(34.922)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Parcelamento tributos	-	(214)
Captação de mútuos	-	3.001
Pagamento de mútuos	-	(7.589)
Pagamento de juros de mútuos	(42.960)	(33.324)
Captação de empréstimos e financiamentos	12.075	13.126
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(3.457)	(196)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(1.343)	(702)
Dividendos pagos	(182.505)	(80.545)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	<u>(218.190)</u>	<u>(106.443)</u>
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(14.832)</u>	<u>18.287</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.752	5.465
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>8.920</u>	<u>23.752</u>
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(14.832)</u>	<u>18.287</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatório  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
 (Em milhares de reais)

	Notas		Reservas de Lucros						Total	
			Capital social	Reserva legal	Reserva de	Proposta de	Reserva de	Outros		Lucros
					capital de giro	distribuição de dividendos adicionais				
Soc.	Reg.									
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (não auditado)			285.045	37.875	180.104	37.909	326.272	2.121	-	869.326
Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior		15	-	-	-	-	-	2.089	-	2.089
Deliberação de dividendos	12	15	-	-	(50.000)	(37.909)	-	-	-	(87.909)
Reserva de reavaliação patrimonial	12	15	-	-	-	-	(16.903)	-	-	(16.903)
Lucro líquido do exercício		15	-	-	-	-	-	-	44.742	44.742
Destinações:										
Reserva legal	12	15	-	2.237	-	-	-	-	(2.237)	-
Dividendos Intercalares	12	15	-	-	-	-	-	-	(10.626)	(10.626)
Dividendos adicionais	12	15	-	-	-	31.879	-	-	(31.879)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)			285.045	40.112	130.104	31.879	309.369	4.210	-	800.719
Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior		15	-	-	-	-	-	42.303	-	42.303
Deliberação de dividendos	12	15	-	-	-	(31.879)	-	-	-	(31.879)
Constituição da reserva de reavaliação regulatória		15	-	-	-	-	265.956	-	-	265.956
Realização da reserva de reavaliação regulatória		15	-	-	27.650	-	(53.072)	-	25.422	-
Tributo diferido sobre a reserva de reavaliação regulatória		15	-	-	-	-	(195.609)	-	-	(195.609)
Prejuízo do exercício		15	-	-	-	-	-	-	(46.140)	(46.140)
Dividendos intercalares	12	15	-	-	(120.000)	-	-	-	-	(120.000)
Absorção de prejuízo do exercício		15	-	(10.614)	(10.104)	-	-	-	20.718	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015			285.045	29.498	27.650	-	326.644	46.513	-	715.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Informações gerais**

A CIEN - Companhia de Interconexão Energética (“Companhia” ou “CIEN”), com sede no município de Niterói, RJ, é uma sociedade de capital fechado e tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social.

Em 4 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e Garabi II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da Companhia à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida - RAP, pela ANEEL.

A cada quatro anos a Companhia é submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da RAP. Contudo, anualmente a RAP é reajustada tomando por base o Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M”).

A Administração autorizou a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias em 29 de abril de 2016.

**2. Setor elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela “ANEEL”.

A prestação do serviço público de transmissão é uma atividade regulada, concedida por meio de um contrato de concessão e feita por linhas e subestações que integram a rede básica, bem como por outras instalações reguladas ou não, suportadas, normalmente, por contratos bilaterais.

De acordo com as normas regulatórias, que definiram os requisitos para classificação de instalações de transmissão, ficou estabelecido que, integram a rede básica as linhas de transmissão, os barramentos, os transformadores de potência e os equipamentos com tensão igual ou superior a 230 kV integrantes do sistema interligado, com exceção das seguintes instalações e equipamentos:

- i. instalações de transmissão, incluindo as linhas de transmissão, transformadores de potência e suas conexões, quando destinadas ao uso exclusivo de centrais geradoras ou de consumidores, em caráter individual ou compartilhado;
- ii. instalações de transmissão de interligações internacionais e suas conexões, autorizadas para fins de importação ou exportação de energia elétrica; e
- iii. transformadores de potência com tensão secundária inferior a 230 kV, inclusive a conexão.

Estabeleceu, ainda, que todas as instalações já classificadas anteriormente como integrantes da Rede Básica e que se enquadrem nas exceções listadas deverão ser reclassificadas, a partir de 1º de janeiro de 2003, como instalações de uso exclusivo dos respectivos usuários, em caráter individual ou compartilhado.

As Outorgadas deverão manter controle segregado, em registros auxiliares, dos bens relativos à conexão daqueles relacionados às demais instalações de transmissão (que não sejam integrantes da rede básica).

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis regulatórias. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Para melhor entendimento do leitor, as principais diferenças de práticas contábeis das demonstrações contábeis regulatórias para as demonstrações contábeis societárias estão adequadamente divulgadas e apresentadas na Nota 23.

***Comparabilidade das informações contábeis***

O novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), vigente a partir de 1º de janeiro de 2015, dentre outras alterações apresentou o conjunto completo das Demonstrações Contábeis Regulatórias, as quais contemplam: (a) balanço patrimonial ao final do período; (b) demonstração do resultado do período; (c) demonstração do resultado abrangente do período; (d) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período; (e) demonstração dos fluxos de caixa do período; (f) notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias, bem como, conciliações entre informações societárias e regulatórias; e (g) balanço patrimonial no início do período mais antigo comparativamente apresentado quando a entidade aplica uma política contábil retroativamente ou procede à reapresentação de itens das Demonstrações Contábeis, ou ainda quando procede à reclassificação de itens de suas Demonstrações Contábeis.

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Este novo manual também introduziu a obrigatoriedade as outorgadas de serviço público de geração, exceto as de produção independente, transmissão e de distribuição de energia elétrica a obrigatoriedade de preparar as demonstrações contábeis regulatórias (“DCR”), conforme modelo estabelecido pelo Órgão Regulador.

Por sua vez, o Despacho de encerramento nº 245/2016, emitido em 28 de janeiro de 2016, faculta a necessidade de reclassificação para o exercício de 2014, para efeito de comparabilidade com 2015 por conta disso a Companhia optou em não reclassificar as informações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

#### **4. Principais práticas contábeis**

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis regulatórias, estão descritas a seguir.

##### **4.1. Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

###### **a) Ativos financeiros**

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

###### Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

**b) Passivos financeiros**

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**4.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015**

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2015. Dada à natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

**Normas, interpretações e alterações**

Melhorias Anuais – (Ciclo 2010-2012 e 2011-2013)

*Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteraram as seguintes normas: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24, IAS 38 and IAS 40.*

**Aplicação obrigatória para:**

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2015.

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**4.3. Pronunciamentos novos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015**

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

<b>Normas, interpretações e alterações</b>	<b>Aplicação obrigatória para:</b>
<p>IFRS 9: Instrumentos Financeiros</p> <p><i>Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. Esse projeto foi dividido em 3 fases:</i></p> <p><i>Fase 1 – Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. Este introduz um enfoque lógico para a classificação dos ativos financeiros de acordo com as características de fluxo de caixa e do modelo de negócios. Esse novo modelo também resulta em um único modelo de impairment sendo aplicado para toda a demonstração financeira.</i></p> <p><i>Fase 2 – Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”). O objetivo deste é o reconhecimento das esperadas perdas de valor de forma tempestiva. A norma requer que as entidades registrem contabilmente as perdas esperadas a partir do momento em que os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos nas demonstrações financeiras.</i></p> <p><i>Fase 3 – Contabilidade de Hedge. Este estabelece um novo modelo visando refletir um melhor alinhamento entre a contabilidade de hedge e as atividades de gerenciamento de riscos. Inclui também aprimoramentos nas divulgações requeridas.</i></p> <p><i>Essa versão final do IFRS 9 substitui a versão anterior da norma.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.</p>
<p>Alterações no IFRS 11: Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias</p> <p><i>As alterações à IFRS 11 define que as normas contábeis contidas no IFRS 3 e outras normas pertinentes a contabilização de combinações de negócios devem ser aplicadas para a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>IFRS 15: Receita de contratos com clientes</p> <p><i>Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tomar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada. Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31)</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.</p>

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**4.3. Pronunciamentos novos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015--**  
 Continuação

<b>Normas, interpretações e alterações</b>	<b>Aplicação obrigatória para:</b>
<p>Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização</p> <p><i>As alterações ao IAS 16 proíbe o uso do método baseado na receita de depreciação para imobilizado. A alteração ao IAS 38 introduz a presunção refutável de que, para os ativos intangíveis, o método de amortização baseado nas receitas é inadequado e estabelece duas exceções limitadas.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>Melhorias Anuais - Ciclo 2012-2014</p> <p><i>Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteraram as seguintes normas: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>Alterações na IFRS 10 e na IAS 28: Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto</p> <p><i>A alteração corrige a inconsistência entre o IFRS 10 e o IAS 28, referente ao tratamento contábil da venda ou contribuições de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento conjunto.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>Alterações na IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas</p> <p><i>Esta melhoria permite que as entidades a usar o método da equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações financeiras separadas. O objetivo da melhoria é minimizar os custos associados com o cumprimento com o IFRS, em particular para aquelas entidades que aplicam IFRS pela primeira vez, sem reduzir a informação disponível para os investidores.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>Alterações na IAS 1 - Iniciativa de Divulgação</p> <p><i>O IASB emitiu alterações ao IAS 1, como parte da iniciativa principal de esclarecer a apresentação e divulgação das informações nas demonstrações financeiras. Essas alterações destinam-se as companhias que aplicam julgamento profissional para determinar que tipo informação devem ser divulgada nas demonstrações financeiras.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>Alterações nas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de Investimento: Exceções à Regra de Consolidação.</p> <p><i>As modificações, que tem um escopo restrito, introduzem clarificações aos requerimentos para as contabilizações dos investimentos nas entidades. As alterações também visam em algumas circunstâncias reduzir os impactos das aplicações da norma.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>

A Companhia está avaliando os impactos da aplicação do IFRS 9 e IFRS 15 a partir da sua data efetiva. Na opinião da administração a expectativa é que a aplicação das demais normas e alterações pendentes de serem aplicadas não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis regulatórias.



**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**4.4. Demonstrações contábeis regulatórias**

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de z do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias apresentadas nas páginas 9 a 14 das referidas demonstrações, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

**4.4.1. Imobilizado**

**a) Imobilizado em serviço**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, calculada pelo método linear, baseada na vida útil definida pelo órgão regulador. As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº 474/2012.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**b) Imobilizado em curso**

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros, bem como parte dos custos da administração central. Estes custos são recuperados por meio do cálculo do preço teto da Receita Anual Permitida (RAP) nas concessões de transmissão de energia elétrica.

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**4.4.2. Intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou realização deduzido da amortização acumulada. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº 474/2012.

**4.4.3. Reserva de reavaliação**

Para fins da contabilidade societária, a Lei nº 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2009 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL para os bens do ativo imobilizado ou intangível os quais estão vinculados ao serviço concedido.

A reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação/amortização, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Com base na segunda revisão tarifária homologada pela ANEEL, mediante a Nota Técnica ANEEL nº139/15, a Companhia registrou em 2015 a reavaliação regulatória.

**4.4.4. Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita de transmissão é reconhecida com base em Resolução Homologatória emitido anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e com validade para o período de 1º de julho de um exercício a 30 de junho do exercício seguinte. O reconhecimento mensal é baseado no informe do Operador Nacional do Sistema - ONS e corresponde à receita pela disponibilização do sistema de transmissão.

**5. Títulos e valores mobiliários**

	<u>31/12/2015</u>
Fundos de investimentos exclusivos	
Títulos públicos	<b>5.390</b>
Letra Financeira - LF	<b>126</b>
Total de fundos exclusivos	<u><b>5.516</b></u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u><u><b>5.516</b></u></u>

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**6. Concessionárias e Permissionárias**

DESCRIBÇÃO	VALORES CORRENTES							TOTAL 2015	TOTAL 2014
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Suprimento Energia - Moeda Nacional	5.731	-	570	470	675	200.963	(198.292)	10.117	15.452
Encargos de Uso da Rede Elétrica	21.111	-	-	-	-	-	-	21.111	25.670
Encargos de Uso da Rede Elétrica com partes relacionadas (Nota 12)	691	-	-	-	-	-	-	691	956
<b>TOTAL</b>	<b>27.533</b>	<b>-</b>	<b>570</b>	<b>470</b>	<b>675</b>	<b>200.963</b>	<b>(198.292)</b>	<b>31.919</b>	<b>42.078</b>

Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") foi constituída com base na análise dos riscos de perdas dos valores vencidos de clientes definidos pela Administração.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa encontra-se disposta abaixo:

	31/12/2014	Adições	Reversões	31/12/2015
	<b>(Não auditado)</b>			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(198.224)	<b>(330)</b>	<b>262</b>	<b>(198.292)</b>

**7. Investimentos**

O investimento em controlada é contabilizado com base no método de equivalência patrimonial. Com base neste método, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação acionária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro atribuível à Companhia.

Quantidade de ações	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital %	31/12/2015				
				Resultado do exercício	Variação cambial	Equivalência patrimonial	Investimento	
TESA Transportadora de Energia S.A.	99.999	36	(116.330)	99,999%	(100.193)	22.834	(100.192)	(88.794)
CTM - Compañia de Transmisión del Mercosur S.A.	14.175.999	6.593	(90.576)	99,99%	(89.652)	19.469	(89.643)	(76.920)
Total		6.629	(206.906)		(189.845)	42.303	(189.835)	(165.714)

Em dezembro de 2015, as controladas CTM e TESA efetuaram a capitalização de parte dos mútuos que detinham com a CIEN, tendo como consequência um aumento no capital das controladas no exterior no valor de R\$ 97.216. Referida transação foi aprovada em reunião do Conselho de Administração em 18 de dezembro de 2015.

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**8. Imobilizado**

Em 30 de novembro de 2012, a ANEEL publicou a resolução autorizativa nº 3.749/2012 com as regras para o Seccionamento da CIEN (Linha de transmissão em 525kV Garabi 2 – Itá).

Em 23 de abril de 2013 a ANEEL publicou a resolução 4.063/2013 alterando a resolução 3.749, de 20 de novembro de 2012, que autorizou a CIEN a implementar os reforços nas instalações de transmissão – Seccionamento.

A obra do seccionamento foi concluída no dia 18 de janeiro de 2015 pela CIEN. No dia 15 de setembro de 2015 a Companhia recebeu carta do ONS nº 0180/100/2015 aprovando a TLP – Termo de Liberação Parcial de 90% da RAP e em 22 de setembro de 2015 a Companhia recebeu carta do ONS nº 1642/100/2015 aprovando a TLD – Termo de Liberação Definitivo de 100% da RAP.

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Transferências (B)	Reclassificação	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)+(B)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
(Não auditado)						(Não auditado)				
<b>Transmissão</b>	<b>1.750.875</b>	-	<b>46.409</b>	-	<b>597.273</b>	<b>2.394.557</b>	<b>46.409</b>	<b>(1.340.443)</b>	<b>1.054.114</b>	<b>840.131</b>
Terrenos	2.057	-	-	-	705	2.762	-	-	2.762	2.058
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	62.286	-	97	-	20.755	83.138	97	(44.580)	38.558	29.877
Máquinas e Equipamentos	1.683.034	-	45.708	-	574.768	2.303.510	45.708	(1.292.441)	1.011.069	806.925
Veículos	3.133	-	-	-	957	4.090	-	(3.315)	775	892
Móveis e Utensílios	365	-	604	-	88	1.057	604	(107)	950	379
<b>Administração</b>	<b>219</b>	-	-	-	-	<b>219</b>	-	<b>(213)</b>	<b>6</b>	<b>12</b>
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	64	-	-	-	-	64	-	(58)	6	12
Veículos	155	-	-	-	-	155	-	(155)	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.751.094</b>	-	<b>46.409</b>	-	<b>597.273</b>	<b>2.394.776</b>	<b>46.409</b>	<b>(1.340.656)</b>	<b>1.054.120</b>	<b>840.143</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2014</b>	<b>Adições (A)</b>	<b>Transferências (B)</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>Reavaliação</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2015</b>	<b>Adições Líquidas = (A)+(B)</b>	<b>Depreciação Acum.</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2015</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2014</b>
(Não auditado)						(Não auditado)				
<b>Transmissão</b>	<b>51.868</b>	<b>6.935</b>	<b>(46.409)</b>	<b>71</b>	-	<b>12.465</b>	<b>(39.474)</b>	-	<b>12.465</b>	<b>51.868</b>
Máquinas e Equipamentos	47.654	4.077	(45.708)	71	-	6.094	(41.631)	-	6.094	47.654
Outros	4.214	2.858	(701)	-	-	6.371	2.157	-	6.371	4.214
<b>Administração</b>	<b>24.078</b>	<b>28</b>	-	-	-	<b>24.106</b>	<b>28</b>	-	<b>24.106</b>	<b>24.078</b>
Máquinas e Equipamentos	934	28	-	-	-	962	28	-	962	934
Outros	23.144	-	-	-	-	23.144	-	-	23.144	23.144
<b>Subtotal</b>	<b>75.946</b>	<b>6.963</b>	<b>(46.409)</b>	<b>71</b>	-	<b>36.571</b>	<b>(39.446)</b>	-	<b>36.571</b>	<b>75.946</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>1.827.040</b>	<b>6.963</b>	-	<b>71</b>	<b>597.273</b>	<b>2.431.347</b>	<b>6.963</b>	<b>(1.340.656)</b>	<b>1.090.691</b>	<b>916.089</b>

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015			2014
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					<b>(Não auditado)</b>
Transmissão		<b>2.394.557</b>	<b>(1.340.443)</b>	<b>1.054.114</b>	<b>840.131</b>
Custo Histórico	5,43%	1.283.904	(750.427)	533.477	539.769
Reavaliação	5,43%	1.110.653	(590.016)	520.637	300.362
Administração		<b>219</b>	<b>(213)</b>	<b>6</b>	<b>12</b>
Custo Histórico	12,40%	341	(335)	6	19
Reavaliação	12,40%	(122)	122	-	(7)
<b>Em Curso</b>		<b>2.394.776</b>	<b>(1.340.656)</b>	<b>1.054.120</b>	<b>840.143</b>
Transmissão		12.465	-	12.465	<b>51.868</b>
Administração		24.106	-	24.106	<b>24.078</b>
		<b>36.571</b>	<b>-</b>	<b>36.571</b>	<b>75.946</b>
		<b>2.431.347</b>	<b>(1.340.656)</b>	<b>1.090.691</b>	<b>916.089</b>

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Total
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	812	204	<b>1.016</b>
Máquinas e Equipamentos	2.500	1.605	<b>4.105</b>
Móveis e Utensílios	534	262	<b>796</b>
Outros	1.046	-	<b>1.046</b>
<b>Total das Adições</b>	<b>4.892</b>	<b>2.071</b>	<b>6.963</b>

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474/2012, são as seguintes:

	<b>Taxas anuais de depreciação (%)</b>
<b>Transmissão</b>	
Condutor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	2,70%
Religadores	4,00%
<b>Administração central</b>	
Equipamento Geral	6,25%
Software	20,00%

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia elétrica são vinculados ao serviço concedido de transmissão de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço, no entanto não tivemos desvinculação de ativos para 2015.

Descrição do bem		R\$
1.	CONDUTOR	9.309
2.	ESTRUTURA POSTE/TORRE	5.816
3.	PÁRA-RAIOS	5.192
4.	DISJUNTOR	5.105
5.	CONDUTOR	4.392
6.	ESTRUTURA SUPORTE DE EQUIP E DE BARRAM 120KG	2.012
7.	TRANSFORMADOR DE MEDIDA	1.974
8.	CONDUTOR	944
9.	DISJUNTOR	853
10.	PÁRA-RAIOS	853

## 9. Intangível

A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Transferências (B)	Reclassificação	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)+(B)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
(Não auditado)										
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>										
<b>Transmissão</b>	17.736	-	53	-	5.989	23.778	53	(420)	23.358	16.240
Serviços	17.160	-	-	(17.160)	-	-	-	-	-	15.664
Softwares	-	-	12	617	108	737	12	(420)	317	-
Outros	576	-	41	16.543	5.881	23.041	41	-	23.041	576
<b>Administração</b>	281	-	-	-	81	362	-	(288)	74	94
Softwares	-	-	-	281	81	362	-	(288)	74	-
Outros	281	-	-	(281)	-	-	-	-	-	94
<b>Subtotal</b>	<b>18.017</b>	<b>-</b>	<b>53</b>	<b>-</b>	<b>6.070</b>	<b>24.140</b>	<b>53</b>	<b>(708)</b>	<b>23.432</b>	<b>16.334</b>
(Não auditado)										
<b>Ativo Intangível em Curso</b>										
<b>Transmissão</b>	252	184	(53)	(71)	-	312	131	-	312	252
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	252	159	(12)	(87)	-	312	147	-	312	252
Outros	-	25	(41)	16	-	-	(16)	-	-	-
<b>Administração</b>	977	259	-	-	-	1.236	259	-	1.236	977
Softwares	-	235	-	1.001	-	1.236	235	-	1.236	-
Outros	977	24	-	(1.001)	-	-	24	-	-	977
<b>Subtotal</b>	<b>1.229</b>	<b>443</b>	<b>(53)</b>	<b>(71)</b>	<b>-</b>	<b>1.548</b>	<b>390</b>	<b>-</b>	<b>1.548</b>	<b>1.229</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>19.246</b>	<b>443</b>	<b>-</b>	<b>(71)</b>	<b>6.070</b>	<b>25.688</b>	<b>443</b>	<b>(708)</b>	<b>24.980</b>	<b>17.563</b>

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Ativo Intangível	Taxas anuais médias de amortização (%)	2015			2014
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					<b>(Não auditado)</b>
Transmissão		<b>23.778</b>	<b>(420)</b>	<b>23.358</b>	<b>16.240</b>
Custo Histórico	20,00%	11.090	(3.881)	7.209	7.226
Reavaliação	20,00%	12.688	3.461	16.149	9.014
Administração		<b>362</b>	<b>(288)</b>	<b>74</b>	<b>94</b>
Custo Histórico	20,00%	402	(350)	52	94
Reavaliação	20,00%	(40)	62	22	-
<b>Em Curso</b>		<b>24.140</b>	<b>(708)</b>	<b>23.432</b>	<b>16.334</b>
Transmissão		312	-	312	252
Administração		1.236	-	1.236	977
		<b>1.548</b>	<b>-</b>	<b>1.548</b>	<b>1.229</b>
		<b>25.688</b>	<b>(708)</b>	<b>24.980</b>	<b>17.563</b>

**10. Fornecedores**

	31/12/2015	
	Circulante	Não circulante
Materiais e serviços	<b>8.232</b>	-
Partes relacionadas (vide Nota 12)	<b>76</b>	<b>127.864</b>
<b>Total</b>	<b>8.308</b>	<b>127.864</b>

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**11. Empréstimos e financiamentos**

**Abertura do endividamento**

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Circulante	Principal Circulante	Principal + Juros não circulante	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próxima Pago Juros	Frequência Pago Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo					
																2017	2018	2019	2020	Total	
Financiamentos / Empréstimos Moeda Nacional	74	4.804	16.812	21.690												4.804	4.804	4.804	2.481	16.812	
BNDES FUNDI	2	561	1.952	2.527	Sim	mar-14	Recebíveis	FREI	3,50%	15/07/16	SEMENAL	15/07/16	15/09/20	SEMENAL	SAC	-	561	561	561	280	1.952
BNDES ENERGIA	72	4.243	14.860	19.103	Sim	ago-14	Recebíveis	FREI	2,80%	15/07/16	SEMENAL	15/07/16	15/09/20	SEMENAL	SAC	4.243	4.243	4.243	2.121	14.860	
<b>Mútuos Passivos</b>	-	<b>290.578</b>	<b>290.578</b>	<b>290.578</b>																	
MUTUO ENERGIA BR IV	-	290.142	-	290.142	Sim	ago-14		CDI	2,40%	VARIÁVEL	VARIÁVEL	30/09/16	VARIÁVEL	SAC	-	-	-	-	-	-	
MUTUO ENERGIA BR VII	-	436	-	436	Sim	ago-15		CDI	2,50%	VARIÁVEL	VARIÁVEL	30/09/16	VARIÁVEL	SAC	-	-	-	-	-	-	
<b>Total por Dívida</b>	<b>74</b>	<b>295.382</b>	<b>16.812</b>	<b>312.268</b>												<b>4.804</b>	<b>4.804</b>	<b>4.804</b>	<b>2.481</b>	<b>16.812</b>	
Financiamentos / Empréstimos Moeda Estrangeira	-	-	-	-																	
Financiamentos / Empréstimos Moeda Nacional	74	4.804	16.812	21.690												4.804	4.804	4.804	2.481	16.812	
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	290.578	-	290.578												-	-	-	-	-	

**Abertura dos ativos financeiros**

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Circulante	Principal + Juros não circulante	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Frequência Pcto Juros	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização	
												2017	Total
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>8.920</b>	<b>231.866</b>	<b>240.786</b>									<b>132.461</b>	<b>132.461</b>
Caixa e Aplicações Financeiras	8.920	-	8.920										
Saldo Final de Caixa - Conta 111	517	-	517										
Aplicações Financeiras Operações Compromissadas	551	-	551			CDI	95,00%		27/12/16				
Aplicações Financeiras Fundos DI	7.852	-	7.852			CDI	99,45%		31/12/16				
<b>Mútuos Ativos</b>	-	<b>231.866</b>	<b>231.866</b>									<b>132.461</b>	<b>132.461</b>
CESSAO DE CREDITO	-	5.664	5.664	Sim	jan-00	LIBOR	11,23%	VARIÁVEL	26/01/17	VARIÁVEL	SAC	2.572	2.572
MUTUO CTM	-	108.329	108.329	Sim	mar-99	LIBOR	4,00%	VARIÁVEL	26/01/17	VARIÁVEL	SAC	65.361	65.361
TESA II	-	8.451	8.451	Sim	jul-01	LIBOR	4,00%	VARIÁVEL	26/01/17	VARIÁVEL	SAC	4.411	4.411
TESA IV	-	101.648	101.648	Sim	set-01	LIBOR	4,00%	VARIÁVEL	26/01/17	VARIÁVEL	SAC	54.261	54.261
TESA V	-	2.690	2.690	Sim	mar-10	LIBOR	4,00%	VARIÁVEL	26/01/17	VARIÁVEL	SAC	1.952	1.952
TESA VI	-	2.589	2.589	Sim	ago-10	LIBOR	4,00%	VARIÁVEL	26/01/17	VARIÁVEL	SAC	1.952	1.952
TESA VII	-	2.495	2.495	Sim	dez-10	LIBOR	4,00%	VARIÁVEL	26/01/17	VARIÁVEL	SAC	1.952	1.952

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco que podem ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado. As aplicações financeiras buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

**Composição do endividamento e dívida líquida**

RESUMO	Juros de Circulante	Principal Circulante	Principal + Juros não circulante	Total 2015	Total 2014
					(Não auditado)
<b>(+) Dívida Bruta</b>	<b>74</b>	<b>295.382</b>	<b>16.812</b>	<b>312.268</b>	<b>624.462</b>
Financiamentos / Empréstimos Moeda Nacional	74	4.804	16.812	21.690	43.306
Mútuos Passivos (Empresas Relacionadas)	-	290.578	-	290.578	581.156
<b>(-) Ativos Financeiros</b>	<b>-</b>	<b>(8.920)</b>	<b>(231.866)</b>	<b>(240.786)</b>	<b>(481.572)</b>
Alta Liquidez	-	(8.920)	-	(8.920)	(17.840)
Mútuos Ativos (Empresas Relacionadas)	-	-	(231.866)	(231.866)	(463.732)
<b>(+) Dívida Líquida I</b>	<b>74</b>	<b>286.462</b>	<b>(215.054)</b>	<b>71.482</b>	<b>142.890</b>
<b>(+/-) Derivativos / Fair Value</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>(+) Dívida Líquida II</b>	<b>74</b>	<b>286.462</b>	<b>(215.054)</b>	<b>71.482</b>	<b>142.890</b>



**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**12. Partes relacionadas**

	Moeda	Encargos financeiros	Natureza das operações	31/12/2015				31/12/2014			
				Ativo		Passivo		Resultado		Resultado	
				Circulante*	Não circulante*	Circulante*	Não circulante*	Receitas (de despesas) operacionais	Receitas (de despesas) financeiras	Receitas (despesas) operacionais (não auditado)	Receitas (despesas) financeiras (não auditado)
CTM - Companhia de transmissão del Mercosul S.A.	USD	Libor + 4,00% a.a.	Empréstimos	-	113.992	-	-	-	54.962	-	30.743
TESA - Transportadora de Energia S.A.	USD	Libor + 4,00% a.a.	Empréstimos	-	117.874	-	-	-	63.794	-	39.887
Enel Brasil S.A.	Real	CDI + 2,40% a.a.	Empréstimos	-	-	290.578	-	-	(42.959)	-	(33.050)
				-	231.866	290.578	-	-	75.797	-	37.540
CTM - Companhia de transmissão del Mercosul S.A.	USD	N/A	Outras contas a pagar	-	-	-	3.815	-	-	-	-
TESA - Transportadora de Energia S.A.	USD	N/A	Outras contas a receber	-	3.815	-	-	-	-	-	-
CEMSA - Comercializadora del Mercosul S.A.	ARG	N/A	Transporte de energia	-	-	-	93.270	(11.688)	4.594	9.316	10.873
Endesa Constaneira S.A.	ARG	N/A	Transporte de energia	-	-	-	34.594	(4.122)	1.851	3.285	4.228
Enel Brasil S.A.	Real	N/A	Outras contas a pagar	-	-	3	-	-	-	-	-
PRÁTIL - En-Brasil Comércio e Serviços S.A.	Real	N/A	Prestação de serviços	-	-	76	-	-	-	-	-
COELCE - Companhia elétrica do Ceará S. A.	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	193	-	-	-	2.212	-	2.129	-
AMPLA energia e serviços S. A.	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	298	-	-	-	3.553	-	3.615	-
COFOP - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S. A.	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	54	-	-	-	536	-	603	-
CDSA - Cachoeira Dourada S. A.	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	114	-	-	-	1.089	-	1.153	-
EGP - Joana Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	3	-	-	-	36	-	-	-
EGP - Modelo I Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	3	-	-	-	36	-	-	-
EGP - Modelo II Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	3	-	-	-	32	-	-	-
EGP - Primavera Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	2	-	-	-	28	-	-	-
EGP - São Judas Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	2	-	-	-	27	-	-	-
EGP - Cristal Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	2	-	-	-	28	-	-	-
EGP - Emiliana Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	3	-	-	-	40	-	-	-
EGP - Pau Ferro Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	2	-	-	-	18	-	-	-
EGP - Pedra do Gerônimo Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	2	-	-	-	18	-	-	-
EGP - Tacião Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	2	-	-	-	11	-	-	-
EGP - Soluções Energéticas	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	1	-	-	-	2	-	-	-
EGP - Maniçoba Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	3	-	-	-	14	-	-	-
EGP - Esperança Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	3	-	-	-	13	-	-	-
EGP - Damascena Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	3	-	-	-	14	-	-	-
Enel Energy				-	-	-	-	-	-	(52)	-
				693	3.815	79	131.679	(8.103)	6.445	20.101	15.101
Total				693	235.681	290.657	131.679	(8.103)	82.242	20.101	52.641

\* Esses valores são classificados como contas a receber (Nota 6) e fornecedores (Nota 10)

**Remuneração da Administração**

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 4.500 (R\$ 3.634 em 2014). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**13. Imposto de renda e contribuição social**

Segue abaixo a conciliação a reconciliação das taxas efetivas e nominais:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	28.049	28.049	122.063	122.063
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	<u>(6.988)</u>	<u>(2.525)</u>	<u>(30.492)</u>	<u>(10.986)</u>
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(47.556)	(17.120)	(26.443)	(9.519)
Outros	-	-	119	-
	<u>(54.544)</u>	<u>(19.645)</u>	<u>(56.816)</u>	<u>(20.505)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(54.544)</u>	<u>(19.645)</u>	<u>(56.816)</u>	<u>(20.505)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(46.189)	(16.637)	(43.830)	(15.831)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(8.355)</u>	<u>(3.008)</u>	<u>(12.986)</u>	<u>(4.674)</u>
Total	<u>(54.544)</u>	<u>(19.645)</u>	<u>(56.816)</u>	<u>(20.505)</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	<u>2015</u>
Ativo não circulante	
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	67.419
Provisão para ações judiciais e regulatórias	6.783
Estorno de variação cambial sobre ativo imobilizado	51.384
Outras provisões	40.384
	<u>165.970</u>
Passivo não circulante	
Variação cambial não realizadas	60.153
Reavaliação regulatória	182.515
	<u>242.668</u>
	<u>(76.698)</u>

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 5 anos, considerando as melhores estimativas.

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**14. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Fiscais</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31/12/2014 (não auditado)	6.440	10.499	758	17.697
Reversões/pagamentos	<b>(58)</b>	<b>(33)</b>	-	<b>(91)</b>
Atualização monetária	<b>489</b>	<b>1.599</b>	<b>103</b>	<b>2.191</b>
Saldos em 31/12/2015	<b>6.871</b>	<b>12.065</b>	<b>861</b>	<b>19.797</b>

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

**Contingências com risco possível**

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, sendo as mais representativas mencionadas abaixo:

<b>Tipo</b>	<b>Requerente</b>	<b>Objeto</b>	<b>Avaliação da probabilidade de perda</b>	<b>Valor Total</b>	<b>Decisão preliminar</b>	<b>Status</b>
Civil	Tractebel	A Tractebel ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento, pela CIEN, do "Contrato de Compra e Venda de 300MW de Potencia firme e energia associada proveniente da Argentina" firmado em 20 de outubro de 1999 pedindo a condenação da CIEN ao pagamento de multa rescisória - além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de "potencia firme e energia associada".	Esta baseada no fato da Tractebel ter ignorado a existência de notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, e os seus consequentes efeitos sobre o referido contrato que a Companhia considera como evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato.	Multa rescisória de R\$ 117.000, além de penalidades por indisponibilidade de potencia cujos valores não podem ser estimados pela Companhia no momento	N/A	O processo se encontra suspenso até o desfecho de outra ação judicial envolvendo as partes, que tem objeto prejudicial ao desenvolvimento dessa
Civil	Fumas	Projeto de implantação de rede básica de transmissão de energia - Garabi II	Esta baseada no fato da Tractebel ter ignorado a existência de notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, e os seus consequentes efeitos sobre o referido contrato que a Companhia considera como evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato.	Multa rescisória de R\$ 520.000 e pagamento de ressarcimento e penalidades cujos valores não podem ser estimados pela Companhia no momento	O processo foi julgado improcedente em relação a todos os pedidos feitos por Fumas, que apresentou apelação	Aguardando acesso ao teor da referida petição
<b>Tipo</b>	<b>Requerente</b>	<b>Objeto</b>	<b>Avaliação da probabilidade de perda</b>	<b>Valor Total</b>	<b>Decisão preliminar</b>	<b>Status</b>
Fiscal	Fazenda Nacional	A receita federal está cobrando da companhia débitos de PIS e COFINS. A Cien argumenta que tais débitos já encontram-se decaídos.	Possível	7.697	Decisão de primeira instância parcialmente favorável reconhecendo a nulidade de parte das Certidões de Dívida Ativa presentes na execução fiscal	Aguardando o julgamento da apelação apresentada pela Cien em relação a parte que lhe foi desfavorável.
Fiscal	Receita Federal	A companhia questiona valor remanescente de multa aplicada em auto de infração cujo o principal já foi pago.	Possível	10.130	Decisão de primeira instancia administrativa desfavorável à Cien	Aguardando julgamento do recurso à segunda instância administrativa apresentado pela Cien.

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**15. Patrimônio líquido**

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social subscrito e integralizado, está representado, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Ordinárias (unidades)</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Enel Brasil S.A.	285.044.681	99,99
Outros	1	0,01
Total	<u>285.044.682</u>	<u>100,00</u>

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo nos termos do art.202, §3º, II da Lei 6.404/76. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

Por deliberação do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de abril de 2015, 19 de novembro de 2015 e 28 de dezembro de 2015 foram deliberados dividendos intercalares no montante de R\$ 50.000, R\$ 10.000 e R\$ 10.000 respectivamente, os quais foram liquidados ao longo do exercício de 2015.

Em 02 de fevereiro de 2016 foi rerratificado a aprovação de pagamento de dividendos intermediários, no valor de R\$ 50.000, conforme deliberado em 02 de setembro de 2015, com base no saldo de reservas de reforço de capital de giro e não ao lucro líquido apurado até junho de 2015.

Em complemento a reserva de reforço de capital aprovada pelos acionistas, foi registrado nas demonstrações do resultado regulatório a diferença apurada entre o resultado societário e o resultado regulatório.

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

e) Reserva de reavaliação

Em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº396, de 23 de fevereiro de 2010, a Companhia registrou a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição ("VNR") do ativo imobilizado e intangível em serviço, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, oriundo da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em consonância com a última Revisão Tarifária e dos ciclos seguintes.

A realização é feita proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

f) Outros resultados abrangentes - efeitos de variação cambial sobre controladas no exterior

São reconhecido os impactos da conversão das demonstrações contábeis regulatórias de controladas no exterior, Companhia de Transmisión Del Mercosur S.A. - CTM e Transportadora de Energia S.A. - TESA.

**16. Receita**

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u> (não auditado)
Receita bruta de vendas		
Disponibilização da rede de transmissão	315.492	311.925
Disponibilização da rede de transmissão com partes relacionadas	7.707	7.500
Total da receita bruta de vendas	<u>323.199</u>	319.425
Deduções da receita bruta		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(6.358)	(8.459)
Programa de integração social - PIS	(5.332)	(5.176)
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	(24.564)	(23.843)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.829)	(2.792)
Taxa de fiscalização	(1.217)	-
Total de deduções de receita	<u>(40.300)</u>	(40.270)
Receita líquida (Uso da rede elétrica de transmissão faturado)	<u>282.899</u>	<u>279.155</u>

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**17. Pessoal e administradores**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
		(Não auditado)
<b>Pessoal</b>	<b>(15.196)</b>	<b>(15.944)</b>
Remuneração	(8.591)	(7.588)
Encargos	(2.846)	(3.286)
Previdência - fundação - mantenedora	(237)	(245)
Assistência médica	(672)	(595)
Despesas rescisórias	(941)	(118)
Participação nos lucros e resultados - PLR	(354)	(2.575)
Outros	(1.555)	(1.537)
<b>Administradores</b>	<b>(1.273)</b>	<b>(3.916)</b>
Honorários e encargos (diretoria e conselho)	(1.273)	(1.848)
Benefícios dos administradores	-	(2.068)
<b>Total</b>	<b>(16.469)</b>	<b>(19.860)</b>

**18. Resultado financeiro**

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
		(não auditado)
Receitas financeiras		
Encargos sobre empréstimos com partes relacionadas	<b>10.043</b>	<b>37.631</b>
Renda de aplicação financeira	<b>4.564</b>	<b>3.199</b>
Variação cambial ativa	<b>335</b>	-
Variação cambial ativa com partes relacionadas	<b>214.977</b>	-
Outras receitas financeiras	<b>433</b>	<b>1.159</b>
Total das receitas financeiras	<b>230.352</b>	<b>41.989</b>
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos com partes relacionadas	<b>(42.959)</b>	<b>(33.090)</b>
Encargos sobre empréstimos	<b>(1.449)</b>	<b>(743)</b>
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	<b>(2.191)</b>	<b>3.893</b>
Variação cambial passiva	<b>(638)</b>	-
Variação cambial passiva com partes relacionadas	<b>(99.819)</b>	-
Outras despesas financeiras	<b>(4.031)</b>	<b>(6.806)</b>
Total das despesas financeiras	<b>(151.087)</b>	<b>(36.746)</b>
Variação cambial ativa	-	<b>92.953</b>
Variação cambial passiva	-	<b>(44.050)</b>
Total das variações cambiais líquidas	-	<b>48.903</b>
Resultado financeiro	<b>79.265</b>	<b>54.146</b>

CIEN - Companhia de Interconexão Energética  
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos do mercado.

Fatores de risco

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e fornecedores com partes relacionadas em moeda estrangeira.

	<u>31/12/2015</u>
Partes relacionadas	
Mútuos	231.866
Outros créditos	3.815
Partes relacionadas	(127.864)
Outras obrigações	(3.815)
Exposição líquida	<u>104.002</u>

b) Risco de crédito

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos de perdas com as aplicações financeiras.

c) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e aos empréstimos com partes relacionadas.

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia, caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação de 2015 fossem iguais as esperados para 2016, segundo projeções baseadas na curva futura da Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo (“BM&FBovespa”):

31/12/2015	Aumento / Redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros			
CDI	0,59%	(1.793)	(1.793)
TJLP	3,57%	(49)	(49)

d) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na Nota 11, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 5 e 11) e pelo patrimônio líquido da companhia.

O índice de endividamento no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é de 2% positivo.

e) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos com terceiros e com partes relacionadas da Companhia que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetado. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de juros e do principal:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2015					
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	547	1.076	4.731	19.210	25.564
Empréstimos com partes relacionadas em moeda nacional	3.848	95.904	225.595	-	325.347
	<b>4.395</b>	<b>96.980</b>	<b>230.326</b>	<b>19.210</b>	<b>350.911</b>



**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**Valorização dos instrumentos financeiros**

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Ativo	Categoria	Nível	31/12/2015		31/12/2014	
			Contábil	Valor Justo	Contábil (não auditado)	Valor Justo (não auditado)
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	8.920	8.920	-	-
Titulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	5.516	5.516	-	-
Consumidores e permissionários	Empréstimos e recebíveis	2	31.919	31.919	42.078	42.078
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	2	235.681	235.681	-	-
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	21.691	21.572	-	-
Empréstimo com partes relacionadas em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	290.578	290.252	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	8.308	8.308	-	-

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata.

**Valor justo hierárquico**

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- ▶ Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- ▶ Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- ▶ Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

**20. Participação nos resultados**

A Companhia possui o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2015 foi de R\$ 70 (R\$ 3.859 em 2014).

**21. Cobertura de seguros**

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

Risco	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco Operacional	01/11/2015	31/10/2016	R\$ 1.542.452	R\$ 2.964.377
Responsabilidade Civil	01/11/2015	31/10/2016	n/a	R\$ 768.780

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**22. Revisão e reajuste tarifário**

a) Revisão tarifária

A partir da revisão da Companhia ocorrida em 2015 foi incorporado a Base de Remuneração Regulatória (“BRR”) em consonância com a Nota Técnica nº 139/2015.

Descrição	Ano-Teste
1. Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	2.415.232
2. Índice de Aproveitamento Integral	-
3. Obrigações Especiais	-
4. Bens Totalmente Depreciados	24.791
<b>5. Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)</b>	<b>2.390.441</b>
6. Depreciação Acumulada	1.290.793
7. Índice de Aproveitamento Depreciado	-
8. Saldo líquido das obrigações especiais	-
9. Terrenos e Servidões	26.627
<b>10. Base de Remuneração Líquida = (1)-(6)-(7)-(8)+(9)</b>	<b>1.151.066</b>

b) Reajuste tarifário

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP – Receita Anual Permitida) é devida pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda. A RAP reajustada anualmente, no mês de julho, a partir da data do primeiro reajuste tarifário ocorrido em julho de 2011, compreendendo o período de 1º de julho de um ano e 30 de junho do ano subsequente. Em 26 de junho de 2015, por meio da Resolução nº 1.902/2015, a ANEEL homologou a segunda revisão tarifária periódica da Companhia. O reposicionamento tarifário foi de -7,49% a ser aplicado sobre a receita vigente em 1º de julho de 2014, resultando na RAP anual. Em 29 de junho de 2015 a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 1.918 que estabeleceu as receitas anuais permitidas para as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, pela disponibilização das instalações de transmissão sob sua responsabilidade com vigência a partir de 1º de julho de 2015.

Abaixo seguem os valores homologados da RAP:

Valores das parcelas da receita anual permitida da CIEN – Período 2015-2016	TOTAL
RAP	270.347
TFSEE	1.167
P&D	2.567
RGR	7.293
PIS/COFINS	26.634
Receita Anual Líquida	254.061

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**23. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário**

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme comentado na Nota 4, com as informações regulatórias.

	2015			2014		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário (Não auditado)	Ajustes (Não auditado)	Regulatório (Não auditado)
<b>Ativo</b>						
Ativo circulante						
Caixa e equivalente de caixa	8.920	-	8.920	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	5.516	-	5.516	-	-	-
Concessionárias e permissionárias	31.919	-	31.919	39.807	-	39.807
Tributos a compensar	38.443	-	38.443	-	-	-
Outros créditos	3.562	-	3.562	72.910	-	72.910
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>88.360</b>	<b>-</b>	<b>88.360</b>	<b>112.717</b>	<b>-</b>	<b>112.717</b>
Não circulante						
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	2.271	-	2.271
Tributos a compensar	23.688	-	23.688	-	-	-
Depósitos judiciais e cauções	6.299	-	6.299	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	231.866	-	231.866	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	105.817	60.153	165.970	130.275	-	130.275
Outros créditos	3.815	-	3.815	256.260	-	256.260
Imobilizado	570.055	520.636	1.090.691	615.733	300.356	916.089
Intangível	8.807	16.173	24.980	8.550	9.013	17.563
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>950.347</b>	<b>596.962</b>	<b>1.547.309</b>	<b>1.013.089</b>	<b>309.369</b>	<b>1.322.458</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.038.707</b>	<b>596.962</b>	<b>1.635.669</b>	<b>1.125.806</b>	<b>309.369</b>	<b>1.435.175</b>
<b>Passivo</b>						
Passivo circulante						
Fornecedores	8.308	-	8.308	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	295.456	-	295.456	-	-	-
Salários, provisões e encargos sociais	2.490	-	2.490	-	-	-
Obrigações fiscais	26.620	-	26.620	-	-	-
Outros passivos circulantes	10.775	-	10.775	370.005	-	370.005
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>343.649</b>	<b>-</b>	<b>343.649</b>	<b>370.005</b>	<b>-</b>	<b>370.005</b>
Não circulante						
Fornecedores	127.864	-	127.864	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	16.812	-	16.812	-	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19.797	-	19.797	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	242.668	242.668	-	-	-
Perda de investimento	165.714	-	165.714	-	-	-
Outros obrigações	3.815	-	3.815	264.451	-	264.451
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>334.002</b>	<b>242.668</b>	<b>576.670</b>	<b>264.451</b>	<b>-</b>	<b>264.451</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	285.045	-	285.045	285.045	-	285.045
Reserva de reavaliação	-	354.294	354.294	-	309.369	309.369
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	31.879	-	31.879
Outros resultados abrangentes	46.513	-	46.513	4.210	-	4.210
Reservas de lucros	29.498	-	29.498	170.216	-	170.216
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>361.056</b>	<b>354.294</b>	<b>715.350</b>	<b>491.350</b>	<b>309.369</b>	<b>800.719</b>
<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>	<b>1.038.707</b>	<b>596.962</b>	<b>1.635.669</b>	<b>1.125.806</b>	<b>309.369</b>	<b>1.435.175</b>

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**23. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário**

	2015			2014		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário (Não auditado)	Ajustes (Não auditado)	Regulatório (Não auditado)
Receita operacional bruta						
Disponibilização do sistema de transmissão	<b>323.199</b>	-	<b>323.199</b>	319.425	-	319.425
	<b>323.199</b>	-	<b>323.199</b>	319.425	-	319.425
Deduções da receita bruta						
Tributos e encargos						
Federais				(29.019)	-	(29.019)
PIS	(5.332)	-	(5.333)	-	-	-
Cofins	(24.564)	-	(24.563)	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.829)	-	(2.829)	(2.792)	-	(2.792)
Reserva global de reversão - RGR	(6.358)	-	(6.358)	(8.459)	-	(8.459)
Taxa de fiscalização - TFSEE	(1.217)	-	(1.217)	-	-	-
	<b>(40.300)</b>	-	<b>(40.300)</b>	(40.270)	-	(40.270)
Receita operacional líquida	<b>282.899</b>	-	<b>282.899</b>	279.155	-	279.155
Custos e despesas						
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	(15.810)	-	(15.810)	(12.601)	-	(12.601)
Pessoal e administradores	(16.469)	-	(16.469)	(19.860)	-	(19.860)
Material	-	-	-	(619)	-	(619)
Serviços de terceiros	(16.808)	-	(16.808)	(15.612)	-	(15.612)
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	(68)	-	(68)	(2.293)	-	(2.293)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	56	-	56	2	-	2
Depreciação e amortização	(52.809)	(38.517)	(91.326)	(52.612)	-	(52.612)
Outros gastos operacionais	(3.855)	-	(3.855)	(5.666)	-	(5.666)
	<b>(105.763)</b>	<b>(38.517)</b>	<b>(144.280)</b>	(109.261)	-	(109.261)
Resultado da atividade	<b>177.136</b>	<b>(38.517)</b>	<b>138.619</b>	169.894	-	169.894
Equivalência patrimonial	<b>(189.835)</b>	-	<b>(189.835)</b>	(101.977)	-	(101.977)
Resultado financeiro						
Despesas financeiras	(151.087)	-	(151.087)	41.989	-	41.989
Receitas financeiras	230.352	-	230.352	(36.746)	-	(36.746)
Variações cambiais líquidas	-	-	-	48.903	-	48.903
	<b>79.265</b>	-	<b>79.265</b>	54.146	-	54.146
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	<b>66.566</b>	<b>(38.517)</b>	<b>28.049</b>	122.063	-	122.063
Imposto de renda e contribuição social correntes	(62.826)	-	(62.826)	(59.661)	-	(59.661)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(24.458)	13.095	(11.363)	(17.660)	-	(17.660)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<b>(20.718)</b>	<b>(25.422)</b>	<b>(46.140)</b>	44.742	-	44.742

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

**23.1. Imobilizado**

**23.1.1. Reavaliação compulsória**

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição (“VNR”) atribuído na reavaliação do ativo pelo órgão regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL nº 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a Adoção da Lei nº 11.638/2007 – conforme disposto no CPC 27 - Imobilizado. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

**23.1.2. Depreciação**

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de depreciação dos ativos que tiveram reavaliação regulatória.

**23.2. Intangível**

**23.2.1. Reavaliação compulsória**

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição (“VNR”) atribuído na reavaliação do ativo pelo órgão regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a adoção da Lei nº 11.638/2007 – conforme disposto no CPC 04 – Ativo Intangível. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

**23.2.2. Amortização**

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de amortização dos ativos que tiveram reavaliação regulatória.

**CIEN - Companhia de Interconexão Energética**  
**CNPJ nº 01.983.856/0001-59**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**24. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
		<b>(Não auditado)</b>
Patrimônio líquido societário	<b>361.056</b>	491.350
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Reavaliação regulatória compulsória	<b>1.052.715</b>	519.838
Depreciação sobre a reavaliação regulatória compulsória	<b>(515.906)</b>	(210.469)
Tributos diferidos sobre a reserva de reavaliação regulatória	<b>(182.515)</b>	-
Patrimônio líquido regulatório	<b>715.350</b>	800.719

**25. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
		<b>(Não auditado)</b>
Lucro líquido (prejuízo) societário	<b>(20.718)</b>	44.742
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Depreciação sobre a reavaliação regulatória compulsória	<b>(38.517)</b>	-
Diferido sobre a reavaliação regulatória compulsória	<b>13.095</b>	-
Lucro líquido (prejuízo) regulatório	<b>(46.140)</b>	44.742

O detalhamento acerca destas variações encontra-se comentado na Nota 23.

Niterói – RJ, 29 de abril de 2016

Abel Alves Rochinha  
Diretor Presidente

Claudio Manuel Rivera Moya  
Diretor de Operações

Carlos Ewandro Naegele Moreira  
Diretor de Recursos Humanos e Organização

André Oswaldo dos Santos  
Diretor Administrativo

Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira  
Diretor Financeiro e de Planejamento e Controle - CFO

José Alves Mello Franco  
Diretor de Regulação

José Nunes de Almeida Neto  
Diretor de Relações Institucionais

Déborah Meirelles Rosa Brasil  
Diretora Jurídica

Margot Frota Cohn Pires  
Diretora de Compras

Janaína Savino Vilella Carro  
Diretora de Comunicação